

OS SENTIDOS DE “POVO” EM DOIS DICIONÁRIOS DA LÍNGUA PORTUGUESA

Zilda Maria Dutra Rocha¹

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de apresentar os resultados de uma pesquisa realizada referente à produção de efeitos de sentidos que se evidenciam nas relações entre língua e sujeito no espaço (linguístico-textual) como instrumento de uma análise discursiva em dois dicionários de língua portuguesa. Sob a luz da Análise discursiva e as perspectivas teóricas da Lexicografia Discursiva, o estudo foi realizado de forma descritivo-comparativa, com o objetivo de observar e refletir como se constitui o vocábulo “povo” a partir do olhar do lexicógrafo. As acepções que a palavra “povo” recebe em dois dicionários, um de uso escolar e outro de uso geral, bastante conhecidos pelo público, mini Aurélio (2010) e Bueno (2010), variam em seus significados, causando efeitos de sentidos. Os dicionários foram analisados sob a perspectiva da Análise do Discurso, tendo como foco principal a Lexicografia Discursiva, por se tratar de um verbete.

Palavras-chave: Povo. Efeitos de sentido. Lexicografia Discursiva. Análise do Discurso.

Introdução

Os significados do vocábulo povo nas acepções dicionarísticas geram sentidos diferentes. Trazem noções de discursos, o discurso do escritor (lexicógrafo), dos que construíram o discurso historicamente, do editor, que selecionou o discurso do outro. Enfim, de todos que contribuíram até que esse discurso se materializasse e chegasse ao leitor.

Esse leitor encontra-se representado por discursos atravessados, que poderiam também ser seus, porém, muitas vezes fogem à sua verdadeira história de vida, e acabam representando um discurso de interesses, de uma determinada época ou classe social.

Tem-se a palavra, uma vez registrada em um dicionário torna-se pública, oficial e legítima, não há quem discorde de uma obra tão respeitada como um dicionário. Mas a questão desse trabalho é discutir quais os efeitos de sentido que as acepções do vocábulo “povo” geram para o leitor. O objetivo desse artigo é analisar como se mostra no dicionário o verbete “povo” e como se constroem os seus sentidos a partir de seus significados.

O aspecto social é de grande relevância quando se trata de significar uma palavra, que ganhou outros sentidos pelos usos frequentes em um determinado momento ou época, diferentes daqueles que estão lá, nas páginas de um até reconhecido dicionário; pois, como ressalta Neves, (1996, p.129), “[...] o dicionário é obra de respeito dentro de qualquer sociedade”. Muito embora, se tenha o respeito e a crença pelo dicionário, há os que estudam e se debruçam sobre esse assunto, atentando para os discursos que são gerados, e

¹ Mestrado em Letras – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERJ). Pesquisa sob a orientação do Prof. Dr. Antônio Luciano Pontes. E-mail: zildamarialetras@hotmail.com.

como são transmitidos ao leitor, tentando desmitificar a preponderância dessa obra. Isto quer dizer que, mesmo que o dicionário seja um registro, uma catalogação daquilo que se tem por oficial, há um fato linguístico o qual não se pode negar: que a língua é viva e que podemos refletir sobre ela e por ela, a qualquer época.

Nosso artigo está dividido em dois tópicos, um de fundamentação teórica e outro de análise sobre o corpus, além da introdução e considerações finais. Abordaremos em primeiro lugar sobre a Lexicografia Discursiva, pois trata da perspectiva teórica que valida nossa abordagem, a partir da análise dos discursos produzidos pelo verbete de dicionário, tendo em vista que, conforme Orlandi (2000, p.98), o dicionário “[...] se apresenta como vestígio da nossa memória histórico-social”.

Essa memória “histórico-social” é objeto de reflexão no olhar do pesquisador, do metalexígrafo, do linguista da Análise do Discurso, e por um viés da memória-discursiva, pois além da Lexicografia Discursiva, Orlandi (2000) também vê discursos no dicionário, trazendo este ao olhar da Análise do Discurso. Então, podemos perceber como esse material linguístico, por ser produzido em determinadas épocas e condições, pode compor uma rede de memória histórica e discursiva perante o uso da língua.

Para nossa análise, selecionamos como corpus o *Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa* (2010) e o *dicionário escolar de Silveira Bueno* (2010), nos quais fizemos um recorte da palavra “povo”.

Nesse primeiro tópico abordaremos sobre a Lexicografia Discursiva, pois o estudo do verbete, aqui, nesse trabalho, está situado num âmbito discursivo.

Lexicografia Discursiva

A Lexicografia Discursiva é uma derivação da Lexicografia teórica, e tem como base os pressupostos teóricos da Análise do Discurso Francesa, pois como afirma Orlandi (2000, p.97) “podemos ler os dicionários como textos produzidos em certas condições, tendo o seu processo de produção vinculado a uma determinada rede de memória ante a língua”.

O texto lexicográfico é um campo fértil para as pesquisas com aspectos relativos à sociedade e ao modo de vida de uma determinada época, ou melhor, à história e ao social. Orlandi (2002, p. 105), ao ver o dicionário como discurso, afirma que este representa a língua em sua forma concreta, e que os modos como os sujeitos produzem a linguagem como “seres histórico-sociais”, também estão ali representados.

Pesquisas no âmbito da Lexicografia Discursiva também tratam dos assuntos pertinentes aos discursos produzidos ou veiculados sob a representação do léxico, ou ainda, preocupações de semelhantes discussões. Podemos citar Neves (1996), quando se preocupa em discutir como o usuário do dicionário consegue entendê-lo a partir do seu rol de “significações potenciais”, apontando para uma continuidade de tradição, obedecendo a critérios linguísticos.

A reflexão de Neves (idem) se faz no âmbito de onde a tradição dicionarística e a arte e a ciência (moderna) hão de se encontrar para que a aplicação do uso linguístico desse material seja completa, isto é, como o dicionário alcança o entendimento do usuário, pois, muitas vezes usa uma linguagem difícil e tem a necessidade de remeter a outros verbetes, enfim, em

vez de facilitar ao consulente tirar suas dúvidas, a linguagem lexicográfica não cumpre sua “aplicabilidade”, como critica Neves, em seu artigo (idem, p. 130). Ainda segundo ela, “O problema central que se pode detectar, no cômputo geral da utilização dos dicionários da língua, é, realmente, esse da pouca aplicabilidade das definições à utilização real da língua”.

O dicionário é conceituado conforme a sua funcionalidade, segundo Pontes (2009, p. 16), “um dicionário pode ser concebido como produto histórico, ideológico, temporal, social, institucional, comercial, pedagógico e linguístico, sobretudo”. Isto significa que podemos perceber o dicionário em suas condições de produção, como textos, cujo processo se veicula a uma determinada rede de memória, ou seja, as relações sociais são permeadas pela memória que se tem diante da língua. Também significa que o dicionário não é uma obra aleatória, tem um porquê de “ser”, ele segue as propostas específicas de uso, daí as suas distinções quando se trata de classificá-lo ou tipificá-lo.

Conforme Rangel (2006), os dicionários surgiram por volta do final do século XV, na Europa. Em sua elaboração inicial haviam dois objetivos diferentes, porém associados. O primeiro objetivo era a forma didática, pois preocupava na época o domínio das línguas clássicas (latim e grego), para que os alunos das universidades entendessem os textos clássicos. O segundo era a sistematização, juntamente com as gramáticas de línguas modernas, do conhecimento de línguas, porque seria um modo de dominar os povos conquistados, dava-se o momento das expansões territoriais, e as nações impunham sobre as outras não só o seu domínio pela força, mas também pela língua.

De acordo com Rangel (*Idem*, p. 13), os dicionários remontam “às célebres ‘listas’, características dos quinze primeiros séculos da história da escrita”. Os povos antigos elaboravam listas para registrar os itens de interesse da época, com relação à economia, administração, história, religião etc. O que era de muita importância para as atividades praticadas e para a própria vida daquelas sociedades. Para alguns pesquisadores (RANGEL, *Idem*, p. 14), quando se tratava de “listas lexicais” ou “listas de palavras”, estas serviam “provavelmente” para agrupar as palavras que apresentavam traços comuns. Ainda nessa mesma obra (e página citada), o autor acredita que

Já nesses primeiros registros, as culturas que dispunham de um sistema de escrita registraram palavras por um duplo interesse:

- O “domínio” ou conhecimento de mundo que elas propiciaram;
- O conhecimento relativo a sua origem, sua estrutura e seu funcionamento na língua. (RANGEL, 2006, P.14)

Nota-se que nossos antepassados, ao registrar nessas listas as palavras do seu universo, já se preocupavam com o conhecimento do mundo e com as formas de linguagem que o compunham e o representavam.

Os dicionários contemporâneos parecem seguir esses propósitos mencionados acima, pois revelam uma preocupação enciclopédica, de associação de informações, sobre a “coisa” designada, daí se têm nos verbetes, tipos informativos como lexicais, gramaticais, morfológicos, sem falar nas indicações para outras informações, as remissivas. A segunda preocupação é a linguística, quanto a organização das palavras catalogadas,

na língua. Isto quer dizer que, a palavra vincula-se a uma estrutura / forma (sintaxe), a um sentido (semântica) e a modos de uso (pragmática). Para Rangel (Idem, p. 15) a diferença básica entre um dicionário e uma enciclopédia está na “orientação predominante para a coisa ou para o vocábulo”.

Pensando o dicionário em sua relação com a língua, temos um objeto linguístico, ou melhor, um instrumento linguístico, que representa, sob a perspectiva de um autor, o conhecimento lexical da língua de uma sociedade, porém, como dissemos no parágrafo anterior, segue propósitos determinados. Seguimos agora falando sobre nosso corpus e com a análise dos verbetes.

Sobre o corpus/análise

O verbete “povo” escolhido para a análise de nossa pesquisa, deve-se à outras pesquisas realizadas e compiladas sobre “*os sentidos do povo*”, um livro organizado por Soeli Maria Schreiber da Silva (2006). Porém, partimos para analisar este verbete em dois dicionários de língua portuguesa editados no mesmo ano, um de acesso escolar e o outro geral, respectivamente, Bueno (2010) e Aurélio (2010); além do mais, pontuamos somente um único verbete e suas acepções.

Como o lexicógrafo define a palavra povo? Quais as nuances sociais percebidas nas definições? Quais as diferenças pontuais entre um e outro lexicógrafo? Existe algum envolvimento com a memória discursiva de uma época anterior, que remonta na história aspectos relevantes com a situação real vivida? A análise traça um aspecto lexicográfico-discursivo, visando observar e descrever como este vocábulo se constitui nesses dois dicionários e quais os efeitos de sentido por eles construídos, a partir de uma visão da Análise do Discurso, e sob a perspectiva teórica da Lexicografia Discursiva.

Em Silva (2006, p. 6), na apresentação do livro feita por Eni Orlandi, a autora destaca a importância, corroborada por nós, de se pesquisar sobre essa palavra:

A questão do povo é uma questão relevante na produção de seus efeitos de sentido e interessa aos que refletem sobre elementos históricos sociais e políticos. Nada mais interessante, pois, que explorar a dimensão linguístico-discursiva de povo, contribuindo assim com a perspectiva da linguagem para historiadores, cientistas políticos e cientistas sociais em geral. (SILVA, 2006, P.6)

Trabalhar sobre essa questão é tangencial a tratar dos modos de dizer; a nossa reflexão aqui sugere que o lexicógrafo é um ser que produz, e se expõe com seus discursos, ou seja, seus modos de dizer. Além disso, a linguagem não é transparente e, conforme postulados na Análise do discurso, ela procura então no texto suas significações e o vê com toda sua materialidade própria, seus aspectos linguístico-discursivos, porém sob o olhar crítico de um analista. Por isso, Mendes e Silva (2005, p.16) nos diz que

A Análise do Discurso leva em conta o homem e a língua em suas concretudes, não enquanto sistemas abstratos. Ou seja, considera os processos e as condições por meio dos quais se produz a linguagem.

Assim fazendo, insere o homem e a linguagem à sua exterioridade, à sua historicidade (MENDES E SILVA, 2005, P.16)

Ao tratar a linguagem como fator produtor e influenciador da história, sabemos que a Análise do Discurso leva em consideração o homem e a língua como objetos concretos de atitudes, ou seja, o homem como um produtor de discursos diversos, mas não inerente às suas condições de existência, e a língua como um sistema concreto, em sua materialidade, no qual, ela é um instrumento que veicula os discursos produzidos. Portanto, ao considerar o que já foi dito, a Análise do Discurso revela nos seus pressupostos que as condições pelas quais se produz a linguagem são altamente relevantes no processo da construção do ser, tanto quanto a importância na sua história e na sua exterioridade, no que tange ao ser influenciador e influenciado. Essa exterioridade remete aos discursos já produzidos que nos fazem lembrar, é a memória discursiva.

Sobre a memória, Pêcheux (In.: ACHARD, P. et al. Papel da memória: 1999) diz que a mesma deve ser entendida não no sentido psicologista da "memória individual", mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, social inscrita em práticas(...). A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto, surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os "implícitos", quer dizer, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (p.51-52). Podemos, assim, compreender a memória discursiva como o efeito da presença do interdiscurso no acontecimento do dizer, já que se trata de uma memória concebida como um espaço móvel de disjunções, deslocamentos, retomadas, conflitos de regularização, enfim, um espaço polêmico, esburacado, contudo, produzindo/comportando o jogo de efeitos de regularidade (MACHADO, 2009, p.1)

Agora, analisaremos o verbete povo, presente nos dicionários: *Miniaurélio: o dicionário da Língua Portuguesa* e *Minidicionário Escolar da Língua Portuguesa de Silveira Bueno*, ambos editados em 2010.

Trataremos de analisar os itens de aceção do verbete, por dicionário, e depois faremos um paralelo entre os dois traçando os pontos contrastantes e similares. Em relação ao dicionário Aurélio, nos delimitaremos em analisar com mais aprofundamento a primeira aceção, as outras apenas comentaremos para servir de apoio, visto que, são cinco aceções do verbete povo, e comparando com o outro dicionário de Bueno, não seria compatível para fins de análise comparativa, pois o Bueno só traz duas aceções.

Em **Aurélio** temos:

(1) **Povo** (ô) [Lat. Popular.] sm. 1. Conjunto de indivíduos que falam (em regra) a mesma língua, têm costumes e hábitos idênticos, uma história e tradições comuns. 2. Os habitantes duma localidade ou região; povoação. 3. V. povoado. 4. Aglomeração de gente, multidão. 5. V. plebe. [Pl. :povos (ó).]

Temos :

1 Conjunto de indivíduos que falam (em regra) a mesma língua.

1.1 Conjunto de indivíduos que têm costumes e hábitos idênticos.

1.2 Conjunto de indivíduos que têm uma história e tradições comuns.

2 Os habitantes duma localidade ou região.

2.1 Povoação.

3 V. povoado.

4 Aglomeração de gente.

4.1 Multidão.

5 V. plebe

O que nos chama a atenção em **(1)** é que a primeira acepção segue um mesmo raciocínio causado pela palavra “conjunto” até terminar a definição, ou seja, ao começar com “conjunto de indivíduos” este parâmetro segue até o final, tratando o encabeçamento da palavra-entrada povo como um “conjunto”, o que nos faz checar, no mesmo dicionário, como se define esta palavra:

Conjunto [Lat. *Conjunctu.*] adj. **1.** Junto simultaneamente. Sm. **2.** Reunião das partes dum todo. **3.** Equipe; grupo. **4. Mat.** Qualquer coleção de entidades ou objetos matemáticos.

Ao observar a definição da palavra conjunto, descrita pelo mesmo autor, verificamos que ela não tem apenas um sentido matemático, mas também de união, reunião, grupo, equipe, porém, chegamos à conclusão que o sentido mais aproximado e plausível em relação a indivíduos e povo, quando o autor os define como conjunto, é a acepção **4** que acessa conjunto como algo matemático; ressaltamos também a acepção **3** da palavra-entrada conjunto, que nesse caso teremos, como relata Silva (2006, p. 39), “um **grupo** homogêneo de indivíduos. O social se reduz às relações homogeneizadoras do **grupo**”, (grifo nosso), isto é, o fato de ter costumes e hábitos “idênticos” (pois pode-se polemizar este adjetivo), ter uma história e tradições comuns, faz com as sociedades sejam homogêneas? Os torna conjunto? Como se fosse a junção de mesmas características, de maneira geral. A nosso ver cada ser tem sua individualidade, suas particularidades, sua identidade única, mesmo numa sociedade, na qual se tem o comum como característica.

A carga de sentidos que carrega essa palavra vai para além de quantidade, pois podemos pensar num exemplo hipotético: se colocarmos várias crianças juntas, que têm a mesma origem, traços comuns, mesmos costumes, falam a mesma língua, será que diremos “olha ali aquele povo!”. É claro que não, iremos nomeá-las como crianças. Então, povo não é simplesmente “conjunto de pessoas”.

Fica vago para o leitor mais informado, mas que busca definições no âmbito formal, e por ser um dicionário de uso geral, espera-se definições mais concretas, históricas até, pois quando se procura o significado de um vocábulo, acreditamos que se quer saber também o porquê de ele existir, um pouco de sua história, é claro que de forma mais concisa e compreensível. Ou uma significação mais próxima de nossa realidade.

Podemos ainda questionar: com essa definição o lexicógrafo garante ao leitor um aparato completo de informações sobre a palavra? Percebem-se nuances históricas, sociais, com fins puramente dicionarísticos? Nossa percepção discursiva responde a estas questões, antes, refletindo que estamos falando sobre alguém que escreve, registra as palavras da língua, para serem

consultadas, e que de maneira “fiel” (digamos que à sua história), o dicionarista tenta transmitir os seus significados. Porém, cabe a nós analisarmos, aqui, como se dá essa constituição, sem denegrir ou desmerecer a imagem e competência do autor da obra lexicográfica.

Sabemos, portanto, que quando se escreve algo, tem-se uma primeira pergunta: para quem vou escrever? A partir daí, vemos que há o ponto “x” do posicionamento do lexicógrafo, da seleção do que escreveu e depois da interpretação do leitor. Este último ponto, talvez seja para o consulente, o mais importante, pois como afirma Orlandi (2000, p. 99) é possível “compreender o funcionamento da ideologia, pois ao tomar o dicionário como discurso, podemos ver como se projeta nele uma representação concreta da língua”.

Podemos compreender que os sujeitos que produzem o dicionário, o fazem como se projetam também os discursos. Consciente ou inconscientemente, impõem também as suas crenças, as suas percepções, porque como sujeitos são seres histórico-sociais (ORLANDI, idem, p.100) “afetados pelo simbólico e pelo político sob o modo da ideologia – produzem linguagem”.

O autor expõe as significações no verbete em acepções diferenciadas, talvez, por obedecer a certos critérios lexicográficos, como histórico, quando descreve a etimologia da palavra (do lat. Popular), e na primeira acepção, acreditamos que o critério seja o lógico, porque inicia com a palavra conjunto e segue o mesmo raciocínio até o término da acepção. Mas para nossa análise, os efeitos de sentido estão realmente nos dizeres, portanto, o dizer “conjunto”, que direciona para o sentido matemático, de quantidade, e para “equipe”, “grupo”, é um dizer universal; corroboramos e partilhamos aqui com a análise de Silva (Ibidem., p.40) que nos diz sobre o olhar do lexicógrafo:

[...] Ele afirma uma unidade imaginária do sujeito, sua posição universaliza a história, as tradições os hábitos idênticos, as afinidades de interesse. Esse dizer universal e fora da história, deixa o povo igualado pelos elementos [...] (SILVA, 2006, P.40).

A acepção **2** diz que povo são “os habitantes de uma localidade ou região”; mas se numa localidade tiver apenas um habitante? É uma suposição, talvez fora de consenso, mas esse habitante já não poderia se chamar de povo. Pelo fato de ser apenas “um” e não formar um “grupo” ou uma “equipe”, não ser “formado das partes de um todo”, também não poderia ser reunião de “um”, portanto, por essa ótica, da definição de conjunto, não caberia chamá-lo de povo, pois também não seria conjunto.

Por ser um dicionário mais atual, o Aurélio, traz uma definição bem abrangente, geral, e tenta ser politicamente correta. Embora, sejam percebidas algumas nuances de “silenciamentos”, mas de forma bem discreta traz também um juízo de valor. Não vamos nos deter em discuti-lo, pois teria que ser mais um artigo.

Ressaltamos aqui, que as outras acepções fazem alguma menção política, mas de forma implícita, ou seja, para alguns leitores que têm conhecimentos prévios sobre política, estes saberão que as palavras “aglomeração”, “multidão” e “plebe” têm o seu cunho histórico e político, mas para qualquer outro leitor, este teria que fazer uma remissiva por conta própria (explicamos: porque o autor não indica com **V**, o que significa ter que fazer uma

outra consulta , no mesmo dicionário), ou seja, consultar também as definições das palavras que não são esclarecidas no verbete.

Ao considerarmos que “povo” carrega em si um sentido político, teremos, mais ainda, motivos para refletir sobre os efeitos de sentido causados no interlocutor. Silva (2006, p.34) ressalta que “não se trata, portanto de uma mera representação da fala, mas de como o sujeito é afetado pelo simbólico quando é tomado por uma posição de sujeito”. Então, compreendemos que o lexicógrafo é um sujeito que tem que tomar uma posição, e como qualquer outro, ele é influenciado pelas circunstâncias, é obrigado a fazer escolhas, há um posicionamento intermediado por outros discursos.

Percebemos, portanto, que quando o lexicógrafo não faz menção ao sentido político e histórico da palavra povo, deixando-o silenciado, colocando a ênfase apenas na palavra “conjunto” e não em “aglomeração”, “multidão” e “plebe”, ele fugiu à essa temática, não quis comprometer-se com esse efeito. Deixando para o leitor essa tarefa, quando buscasse os significados dessas palavras.

Em **Bueno** temos:

Povo /ô/ [do lat. *Populum*, com a forma arcaica *poboo*, povo] s.m. **1** nome coletivo dos habitantes de um país, cidade ou lugar **2** multidão, ajuntamento de gente, pessoas, plebe.

Para este lexicógrafo, também bastante conhecido, principalmente no meio escolar, por ser um dos dicionários adotados pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), o vocábulo povo vem com informações etimológicas mais detalhadas que no Aurélio (neste, apenas diz que se deriva do latim popular).

Dispondo os itens de acepção para análise, temos:

1. Nome coletivo dos habitantes de um país, cidade ou lugar.
2. Multidão, ajuntamento de gente, pessoas, plebe.

Há apenas dois itens de acepção para a palavra-entrada. Percebemos o quanto o verbete apresentou-se sucinto, resumido e de uma certa forma direto. A informação da raiz etimológica mais o sentido de agrupamento de muitas pessoas – “multidão” – e “ajuntamento de gente”, depois, ainda na segunda acepção, vem “pessoas” e “plebe”. Nesse caso (de pessoas e plebe) há um sentido mais coloquial e outro formal, unindo perspectivas ideológicas diferentes, diríamos, de épocas diferentes.

Acreditamos que por ser um dicionário de uso escolar, o verbete é definido de forma concisa e parecendo compreensível. Entretanto, para um aluno mais curioso e esperto, só o que está escrito no verbete não basta, com certeza, no mínimo, este iria perguntar para si, “mas o que é plebe? ”.

Há generalização quando na acepção **1** se coloca a palavra “coletivo”, cai-se na mesma semântica de “conjunto” que Aurélio utiliza. Se reduz o ser a elementos matemáticos, unidades que reunidas formam um grupo, que nesse caso se chama povo.

Poderíamos, assim, resumir a definição de “povo” em Bueno como uma fórmula bem simples, cujos ingredientes seriam informação (raiz da palavra) + sentido geral (como conjunto em Aurélio) + forma coloquial conhecida (pessoas) + palavra que se liga ao passado (erudito), no caso *plebe*. Porém, podemos perceber nesse discurso, que o lexicógrafo não se isentou totalmente com o sentido político da palavra, pois ao final colocou plebe, que no mesmo dicionário significa: “a classe popular da sociedade”. No entanto, não deu

ênfase a essas palavras que fazem alusão ao político; “multidão e “plebe” não se sobressaíram como aconteceu com “coletivo de habitantes [...]”. Para nós esse silenciamento, apresenta-se como uma limitação a uma rede de significações, que poderiam articular o presente com a memória do passado, trazendo aos sentidos uma memória discursiva dos movimentos político-sociais.

Pensando no universo leitor a que este dicionário é indicado, podemos aludir com mais pertinência a palavra “plebe”, que poderia ter sido mais explorada no dicionário, pois seu público condiz com uma explicação mais histórica. E por ter um elo entre o presente e o passado, que no caso podemos citar a disciplina de história que este aluno tem, as notícias sobre um mundo real vivido na Inglaterra, como o casamento do príncipe William e outros personagens da família real, que acessa a palavra plebe.

Agora, traçamos um paralelo entre os dois lexicógrafos, tentando encontrar nos verbetes as diferenças e similaridades de significados e sentidos.

Comparando as duas definições, tomemos para uma reflexão mais específica apontando os itens de acepção, relativo aos dois lexicógrafos. Em primeiro lugar, na acepção **1**, eles parecem comungar do sentido de “quantidade” de povo, quando colocam, respectivamente, “conjunto” e “coletivo”. Há neste caso uma similaridade de ideias, pois há de se convir que essas duas palavras coadunam com o sentido de quantificar ou agrupar algo. Para tanto, no primeiro caso, a palavra usada para acompanhar conjunto foi indivíduo, no segundo foi habitantes.

Pelo exposto podemos inferir que, ao usar “indivíduo” em vez de “habitantes”, em *Aurélio* o autor foi mais feliz, porque aproximou-se de um sentido mais humanizado, embora se tenha “conjunto” no começo de tudo. No próprio *Aurélio*, na terceira acepção da palavra indivíduo (p. 422) têm-se: “[...] a pessoa humana, considerada em suas características particulares [...]”, enquanto que habitante (p. 392), no mesmo dicionário, significa: “[...] quem reside habitualmente num lugar; morador”. Sendo assim, em *Bueno*, este sentido torna-se mais seco, direto, sem fazer alusão ao humano. Muito embora, em *Aurélio* também temos na acepção **2** a palavra habitante, mas depois de indivíduo, como se houvesse um parâmetro implícito de se categorizar por importância, primeiro se é indivíduo (pessoa humana) e depois morador.

A acepção **2** de *Bueno*, se assemelha as acepções **4** e **5** de *Aurélio*, quando eles utilizam para definir povo, as palavras: multidão, ajuntamento de gente/aglomeração de gente e plebe. Sendo que em *Bueno*, temos “pessoas”, como uma das definições. Isso valoriza o verbe, pois traz para os sentidos a qualidade única do ser, como o valor de suas particularidades, sem colocar povo no sentido geral de aglomeração ou multidão.

Ao tratarmos sobre os sentidos de aglomeração e multidão sabemos quais os temas possíveis para esse debate, pois eles estão implícitos, então, não vamos aqui nos deter a esse fato, mas vamos lembrar que a palavra “povo” tem sim o seu sentido político e histórico, principalmente quando falamos sobre direitos, greve, trabalho, enfim, sabemos que as palavras já citadas (aglomeração, multidão, plebe) vêm à tona, pois estão no mesmo campo semântico.

Ressaltamos ainda, que em *Aurélio* se faz uma remissiva para o vocábulo “plebe” (**V.** plebe), isto significa que o consulente deve checar no mesmo dicionário, o significado dessa palavra, assim fazendo, valoriza um

pouco do contexto geral do verbete, leva o leitor a lembrar de fatos sócio-políticos, porque segundo o mesmo lexicógrafo, uma das definições para plebe (p.592) é “[...] conjunto das pessoas menos favorecidas[...]”.

Os dois lexicógrafos, Ferreira e Bueno, têm definições aproximadas da palavra povo, entretanto, dispõem seus pontos de convergência de modo mais claro e os divergentes de modo mais sutil, como por exemplo em aglomeração (em *Aurélio*) e ajuntamento de gente (em *Bueno*). Sendo assim, será sempre útil consultar mais de um dicionário.

Considerações finais

A partir dessa leitura, e da análise dos verbetes de povo, podemos nos questionar sobre as diferentes manifestações dos discursos que podem ser produzidos pelo léxico, ou melhor dizendo, os posicionamentos de formação discursiva própria aos lexicógrafos.

Isso nos leva a pensar sobre como se constitui a heterogeneidade das produções, interlocuções, interpretações e do saber linguístico. É que, o dicionário é todo um “caldeirão” de conhecimentos, transformados pela tecnologia, que sendo produzido para dá legitimação ao léxico da língua, e pelo seu uso revela o papel que exerce na constituição de uma memória histórico-social.

Entendemos, portanto, que ao longo da análise do corpus, fez-se necessário refletir sobre como as definições chegam até o aluno/consultante ou como poderiam chegar, de que maneira o lexicógrafo ajuda a quem consulta seu dicionário. Mas compreendemos que ele não pode colocar todas as definições daquela palavra, ele tem que selecionar por critérios.

O que podemos notar, sobre os critérios adotados, é que eles parecem ser, muitas vezes, mais lógicos e informativos, e se tangenciam a um olhar histórico e político, dizemos isso porque não queremos negar que o lexicógrafo possa usar os implícitos, utilizando-se também de suas remissivas, para atingir este objetivo, que não deve ser tão relevante assim para eles, porque tratar do histórico e do político muitas vezes pode vir a prejudicar quem o faz.

Concluimos, ainda, que os efeitos de sentidos podem ser gerados por uma questão do imaginário, isto é, se conhecermos as palavras no seu uso comum, ou no real, saberemos construir no imaginário quais as lacunas deixadas pelo autor do dicionário, as interpretações serão mais politizadas. Sabemos e sentimos como o léxico de nossa língua pode nos comprometer. Nem um indivíduo é tão leigo na sua própria língua. E, além disso, o dicionário, por ser uma obra, como dissemos no início, de respeito e de crédito, é sempre procurado para esclarecer dúvidas sobre as palavras, como se escrevem, se pronunciam, se separam, e principalmente o que significam.

Referências:

BUENO, F. S. Minidicionário Escolar da Língua Portuguesa Silveira Bueno. São Paulo: DCL, 2010.

FERREIRA, A. B. de H. **Miniaurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8 ed. – Curitiba: Positivo, 2010.

MACHADO, R. D. da S. Interdiscurso e memória discursiva: veredas sinuosas de intersecção. **Anais**. Seminário de Estudos em Análise do Discurso: 1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso. Porto Alegre - Rio Grande do Sul, 2009.

NEVES, M. H. de M. A prática lexicográfica: onde ciência e arte se encontram. In: **Alfa**. São Paulo, 40: 129-139, 1996.

ORLANDI, E. P. Lexicografia Discursiva. In: **Alfa**, São Paulo, 44: 97-114, 2000

_____. Lexicografia Discursiva. In: **Língua e conhecimento linguístico**. São Paulo: Cortez, 2002.

PONTES, A. L. **Dicionário para uso escolar**: o que é e como se lê. Produção editorial Liduína Farias Almeida da Costa. Fortaleza: EDUECE, 2009.

RANGEL, E. de O. **Dicionários em sala de aula**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

SILVA, M. A. M. e. **Sobre a análise do discurso**. Revista de Psicologia da UNESP. Ourinhos-SP, 2005.

SILVA, S. M. S. da (org.). **Os sentidos do povo**. São Carlos: Claraluz, 2006.